

## MARCO AURÉLIO GRECO

*Advogado - Doutor em Direito - Membro Associado da European Association of Tax Law Professors - Ex-Professor da PUC/SP e da FGV-Direito/SP.*

# PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

**4<sup>a</sup> EDIÇÃO**

Editora Quartier Latin do Brasil  
São Paulo, outono de 2019  
[quartierlatin@quartierlatin.art.br](mailto:quartierlatin@quartierlatin.art.br)  
[www.quartierlatin.art.br](http://www.quartierlatin.art.br)

## MARCO AURÉLIO GRECO

*Planejamento Tributário, 4<sup>a</sup> edição.*

São Paulo: Quartier Latin, 2019.

ISBN 85-7674-999-8

1. Direito Tributário. 2. Planejamento Tributário. I. Título

*Editor*

Vinícius Vieira

*Produção editorial*

José Ubiratan Ferraz Bueno

*Diagramação*

Antonio Marcos Cavalheiro

*Revisão gramatical*

Ronaldo Santos Soares

*Capa*

Anderson dos Santos Pinto

## EDITORIA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815;

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: quartierlatin@globo.com

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

## SUMÁRIO

Carta ao Leitor IV (Prefácio à 4 <sup>a</sup> edição) .....	17
Carta ao Leitor III (Prefácio à 3 <sup>a</sup> edição) .....	21
Carta ao Leitor II (Prefácio à 2 <sup>a</sup> edição).....	23
Carta ao Leitor I (Prefácio à 1 <sup>a</sup> edição) .....	27

### **Capítulo I. Importância e Complexidade do Tema, 29**

I.1. Importância do Tema “Planejamento Tributário”.....	29
I.1.1. Economicamente importante .....	29
I.1.2. Juridicamente importante.....	31
I.1.3. Politicamente importante.....	33
I.2. Complexidade do Tema.....	34

### **Capítulo II. Visão Preliminar, 37**

II.1. Introdução .....	37
II.2. Estabilidade e Constância como Base do Direito .....	38
II.3. Estado Censitário .....	39
II.4. Tributo como Agressão .....	41
II.5. Estado Pluriclasse .....	43
II.6. Visão Funcional do Direito .....	45
II.7. Reflexos em Temas Clássicos da Teoria do Direito.....	47
II.7.1. Segurança e certeza do Direito .....	47
II.7.2. Coerência.....	48
II.7.3. Clareza e interesse protegido .....	49
II.7.4. Lacuna .....	50
II.7.5. Função da norma .....	52
II.7.6. Tipicidade .....	53
II.8. Regulação Condicional e Finalística .....	54
II.9. Importância dos Valores.....	55
II.10. Tributo e Livre Competição.....	58
II.11. Massificação da Informação.....	58
II.12. Papel do Poder Judiciário .....	58

## Capítulo III.

### Relacionamento Contribuinte e Estado, 61

III.1. Introdução .....	61
III.2. Autoridade da Constituição .....	61
III.3. Estado Democrático de Direito.....	62
III.4. Mudança de Paradigma.....	66
III.5. O Contexto Tributário Brasileiro .....	69
III.6. Paradoxo do Modelo meramente Formal .....	75
III.7. Certeza e Segurança Jurídicas .....	77
III.8. Conclusão.....	81

## Capítulo IV.

### Conceitos Jurídicos e Cautelas a adotar, 83

IV.1. Cuidado com os Conceitos .....	83
IV.2. Conceito Jurídico assemelha-se a um Mapa .....	84
IV.3. Cuidado com os Espelhos.....	84
IV.4. Das Concepções aos Conceitos.....	85
IV.5. O Risco do Essencialismo da Linguagem .....	86
IV.6. Conceitos versus Realidade.....	87
IV.7. Distinguir: Objeto, Conceito e Termo (ou Signo).....	88
IV.8. Definir Objetos, Conceitos e Signos/Palavras.....	89
IV.9. Conteúdo dos Conceitos Utilizados pela Lei Tributária .....	90
IV.10. Nem Tudo é Linguagem .....	92
IV.11. Da Catedral para o Bazar.....	93

## Capítulo V.

### Hipóteses que não configuram Planejamento/Elisão, 95

V.1. É Importante circunscrever o Objeto de Estudo .....	95
V.2. Três Figuras estão, desde logo, fora do Campo de Estudo .....	97
V.3. Cometer Ilícito não é planejar .....	99
V.3.1. Qual ilícito contamina? .....	100
V.3.2. Ilicitude em que grau ou em que elemento funcional contamina? .....	102
V.3.3. Fraude à lei é causa de nulidade e não de ilicitude.....	104
V.4. A Figura da Extrafiscalidade e dos Incentivos .....	105
V.4.1. Direito e estímulo a certos comportamentos .....	107
V.4.2. Técnicas para impedir.....	108
V.4.3. Técnicas para obter .....	109
V.4.4. Sanção positiva .....	109
V.4.5. Promessa e vinculação .....	110
V.4.6. Sanção negativa e visão conservadora .....	112
V.4.7. Sanção positiva e visão modificadora .....	112
V.5. As Opções Fiscais .....	113

V.5.1. Estrutura e função das opções fiscais.....	114
V.5.2. Legalidade .....	116
V.5.3. Tipos de opção .....	116
V.5.4. Opção fiscal na Constituição Federal .....	117
V.5.5. Campo do desejado .....	118
V.5.6. Reversibilidade e irreversibilidade.....	120
V.5.7. Proteção do ordenamento.....	122
V.5.8. Opção e caráter ex lege da obrigação.....	123
V.5.9. Opção e isonomia.....	123
V.5.10. Opção e limites à sua criação .....	124
V.5.11. Opção e princípios do artigo 37 da CF/88 .....	125
V.5.12. Conclusão.....	125

## **Capítulo VI.**

### **Posicionamento Contextualizado do Planejamento, 127**

VI.1. Tema Central é a Oponibilidade ao Fisco.....	127
VI.2. Espaço em que se põe o Debate sobre Planejamento .....	129
VI.3. Características do Plano .....	133
VI.4. Indicadores da Existência de um Plano .....	134
VI.5. Planejamento é Fenômeno Antigo .....	136
VI.6. Efeitos do Planejamento Visto da Perspectiva Clássica.....	137
VI.7. Fotografar ou filmar a Realidade?.....	138
VI.8. Perspectivas de Análise da Realidade.....	139

## **Capítulo VII.**

### **Primeira Fase do Debate: Liberdade, salvo Simulação, 141**

VII.1. Fases do Debate .....	141
VII.2. Primeira Fase – Liberdade, salvo Simulação.....	141
VII.3. Base Teórica dessa Concepção .....	142
VII.4. Perfil do Relacionamento Indivíduo e Estado.....	142
VII.5. Decorrências desta Visão.....	144
VII.6. Efeitos desta Visão.....	146

## **Capítulo VIII.**

### **Visão Crítica do Modelo Teórico da Primeira Fase, 151**

VIII.1. Temas Abrangidos pela Visão Crítica.....	151
VIII.2. Primeiro Ponto: Legalidade .....	151
VIII.2.1. Qual legalidade? .....	152
VIII.2.2. Quanto de legalidade? .....	153
VIII.3. Segundo Ponto: Tipicidade .....	155
VIII.3.1. Aspectos teóricos .....	155

VIII.3.1.1. Regulação condicional e finalística.....	157
VIII.3.1.2. Neutralização da responsabilidade .....	158
VIII.3.1.3. Tributos qualificados finalisticamente .....	159
VIII.3.1.4. Tipicidade clássica supõe regulação condicional .....	162
VIII.3.1.5. Fato jurídico de conteúdo econômico ou fato econômico de conteúdo jurídico .....	163
VIII.3.1.6. Competências constitucionalmente atribuídas.....	164
VIII.3.1.7. Como esgotar a competência.....	164
VIII.3.1.8. Linguagem é restrição? .....	166
VIII.3.1.9. Previsão flexível.....	166
VIII.3.1.10. Amplitude do tipo não é analogia.....	167
VIII.3.1.11. Linguagem imprecisa prevalece sobre a imperatividade da lei?.....	171
VIII.3.2. Aspectos práticos .....	172
VIII.4. Terceiro Ponto: Analogia .....	177
VIII.5. Quarto Ponto: o Problema das Lacunas em Matéria Tributária .....	182
VIII.5.1. Aspectos gerais .....	182
VIII.5.2. Lacuna tributária supõe tipicidade fechada.....	184
VIII.5.3. Lacuna supõe regulação condicional.....	184
VIII.5.4. Vontade do ordenamento e tipo.....	185
VIII.5.5. Lacuna é vista pelo intérprete .....	186
VIII.5.6. Lacuna é conflito de critérios.....	187
VIII.5.7. Lacuna não é silêncio eloquente .....	191
VIII.6. Quinto Ponto: o Direito de auto-organizar-se .....	192
VIII.7. Sexto Ponto: Papel do Intérprete.....	194
VIII.8. Sétimo Ponto: Simulação como Vício da Vontade.....	196

## Capítulo IX. Segunda fase do debate: liberdade, salvo patologias – a figura do abuso, 201

IX.1. Uma pergunta que incomoda.....	201
IX.2. Panorama do tema .....	202
IX.3. “Direito” de auto-organização não é absoluto .....	205
IX.4. Compreensão do mundo moderno .....	206
IX.5. Relacionamento entre Estado e indivíduo .....	207
IX.6. Estado Democrático de Direito.....	207
IX.7. Planejamento, valores constitucionais e visão funcional do direito.....	209
IX.8. A figura do abuso.....	210
IX.9. Recusa de tutela.....	213
IX.10. Não defendo a aplicação da interpretação econômica.....	215
IX.11. Ato com finalidade predominantemente fiscal.....	216
IX.12. Importância do princípio da capacidade contributiva .....	217
IX.13. Isonomia e abuso .....	218
IX.14. Inoponibilidade do ato abusivo .....	219

IX.15. Limites ao poder de o Fisco desqualificar e requalificar o ato .....	220
IX.16. Consequências do abuso .....	222
IX.17. Críticas recebidas e desdobramentos do tema .....	223
IX.18. Princípios jurídicos .....	225
IX.19. Princípios constitucionais tributários .....	228
IX.20. Limitações não são princípios .....	229
IX.21. Interpretação das limitações .....	230
IX.22. Capacidade contributiva e isonomia .....	231
IX.23. Capacidade contributiva não é desdobramento da igualdade tributária .....	232
IX.24. Sociedade livre, justa e solidária .....	233
IX.25. Capacidade contributiva e pressuposto de fato do tributo .....	234
IX.26. À guisa de conclusão preliminar .....	235
IX.27. Aplicação prática a casos concretos .....	236
IX.27.1. Sucessivas purgações de mora .....	236
IX.27.2. Reiteração de incorporações .....	237
IX.28. Calibração do sistema .....	238
IX.29. Como detectar o abuso .....	239
IX.30. Tipos de abuso .....	240
IX.31. A questão do motivo .....	242
IX.32. Posturas perante o Tema dos Motivos .....	249
A. Motivo é irrelevante .....	250
B. Liberdade individual satisfaz .....	250
C. Motivo exclusivamente tributário .....	252
D. Boa administração como motivo .....	253
E. Motivo extra tributário .....	254
IX.33. Reação do ordenamento .....	254

**Capítulo X.**  
**Segunda Fase do Debate: Liberdade, salvo**  
**Patologias – Fraude à Lei e Outras Figuras, 257**

X.1. Abrangência deste Capítulo .....	257
X.2. O Termo “Fraude” engloba Figuras Distintas .....	257
X.3. Fraude à Lei não é Fraude Penal .....	259
X.4. Fraudar Norma Imperativa .....	261
X.5. A Questão das Multas por Fraude .....	265
X.6. A Multa Agravada Prevista no artigo 44 da Lei Federal nº 9.430/96 .....	266
X.6.1. A exceção da exceção .....	267
X.6.2. Qualidades especiais de determinados “casos” .....	269
X.6.3. Agravamento em razão do elemento subjetivo do tipo .....	270
X.6.4. Hipóteses que podem configurar crime tributário .....	271
X.7. Três hipóteses dolosas .....	271
X.8. A “Fraude” Prevista no artigo 72 da Lei nº 4.502/64 .....	272
X.9. “Intenção do Negócio” não é “Dolo no Tipo” .....	276

X.10. Os artigos 109, 116 e 118 do CTN.....	279
X.11. Revisitar a Figura da Simulação .....	282
X.11.1. Simulação: vício da vontade ou vício do motivo (ou da causa) do negócio? .....	283
X.11.2. Abrangência apenas das hipóteses do Código Civil?.....	285
X.11.3. Anulação ou decretação prévia de nulidade? .....	287
X.11.4. Simulação em matéria tributária é relevante em tema de validade ou de eficácia do negócio?.....	288
X.11.5. Vício do negócio ou da sequência de negócios .....	289
X.12. Abuso de Formas .....	289
X.13. Reação do Ordenamento às Figuras.....	291
X.14. Quais as Verdadeiras Patologias?.....	292
X.15. Outras Perguntas em Aberto .....	293

## **Capítulo XI.** **Negócio Indireto e Negócio Fiduciário, 295**

XI.1. Duas Figuras “Mágicas”? .....	295
XI.2. Negócio Indireto.....	295
XI.3. O Negócio Fiduciário .....	298
XI.4. Os Fins Visados com o Negócio Fiduciário .....	300
XI.5. Alienação Fiduciária em Garantia .....	301
XI.6. Alguns Precedentes Jurisprudenciais .....	302
XI.7. Que perquirir no Negócio Indireto ou Fiduciário? .....	303
XI.8. As Figuras do Trust e do Fideicomisso Inter Vivos .....	305
XI.9. Enquadramento Tributário no Brasil dos Trusts e Fideicomissos Instituídos em Outros Países.....	307

## **Capítulo XII.** **A Transição de Modelos, 311**

XII.1. Postura perante a Tributação .....	311
XII.2. Estado Democrático de Direito .....	312
XII.3. Valores Solidariedade, Capacidade Contributiva e Isonomia .....	315
XII.4. Carga Tributária e Inflação Normativa.....	316
XII.5. Violação ao Ordenamento e não a uma Norma .....	317
XII.6. Formalismo Fiscal e Realismo Fiscal .....	318
XII.7. Liberdade Individual e Participação nos Encargos Públicos .....	319
XII.8. Posições não Radicais.....	319
XII.9. Visões Diversas informam o Direito Constitucional e o Direito Administrativo Brasileiros.....	321
XII.10. Interesses Legítimos ou Direitos Subjetivos.....	322

**Capítulo XIII.**  
**Terceira Fase do Debate: Liberdade  
 com Capacidade Contributiva, 325**

XIII.1. Posicionamento desta Fase .....	325
XIII.2. Da Constituição do Estado para a Constituição da Sociedade .....	326
XIII.3. Eficácia dos Princípios Constitucionais .....	329
XIII.4. Breve Exame da Figura da Capacidade Contributiva .....	330
XIII.5. Críticas ao Conceito de Capacidade Contributiva.....	333
XIII.6. Onde identificar a Capacidade Contributiva .....	336
XIII.7. “Sempre que Possível” Forte ou Fraco .....	342
XIII.8. A quem é Dirigido o Princípio .....	344
XIII.9. Eficácia Positiva do Princípio da Capacidade Contributiva.....	346
XIII.10. A posição da Corte Suprema de Cassação italiana .....	350
XIII.11. Isonomia e Capacidade Contributiva.....	353
XIII.12. Inconstitucionalidade por não dar Integral Eficácia à Lei Tributária.....	356
XIII.13. Neutralizar o Atingimento da Capacidade Contributiva e Inconstitucionalidade.....	358
XIII.14. Uma distinção necessária .....	359
XIII.15. Novo perfil da capacidade contributiva.....	360

**Capítulo XIV.**  
**Ato Anormal de Gestão, 363**

XIV.1. Potencialização da Norma de Incidência.....	363
XIV.2. Conceito vem do Direito Empresarial.....	364
XIV.3. Avaliar a Gestão .....	365
XIV.4. Anormalidade perante o Fisco .....	367
XIV.5. Tipos de Ato Anormal, para Efeitos Fiscais.....	370
XIV.6. Três Críticas à Teoria.....	371
XIV.7. Anormalidade é Característica que a Legislação conhece .....	373

**Capítulo XV.**  
**Critérios a aplicar e Novos Temas para Debate, 375**

XV.1. Constatação .....	375
XV.2. Modelo Funcional de Abordagem .....	377
XV.3. Crivos Negativos e Positivos aos quais submeter as Operações.....	380
XV.4. Perspectivas a Considerar .....	385
XV.5. Novos Temas para Debate .....	387
XV.5.1. É necessário batizar a patologia?.....	387
XV.5.2. Mudança do enquadramento da operação .....	389
XV.5.3. Cabimento e dimensionamento das multas .....	390
XV.5.3.1. Pretensão punitiva e pretensão arrecadatória .....	390

XV.5.3.2. Caráter subjetivo da infração tributária.....	391
XV.5.3.3. Planejamento tributário e dúvida relevante .....	392
XV.5.3.4. Elemento subjetivo da infração.....	393
XV.5.3.5. Ônus da prova a cargo do Fisco .....	394
XV.5.3.6. Não confundir ineficácia perante o Fisco com ilicitude da operação ....	397
XV.5.3.7. Conceito clássico de simulação .....	398
XV.5.3.8. Aplicar um modelo teórico tri-valente.....	398
XV.5.3.9. Rever a ampliação do conceito de simulação .....	399
XV.5.3.10. Julgar antes de condenar .....	401
XV.5.3.11. Percentual da multa tributária federal é teto .....	401
XV.5.3.12. Bis in idem vedado? .....	404

## Capítulo XVI. Panorama da Experiência Internacional, 407

XVI.1. Colocação do Tema.....	407
XVI.2. Dois Modelos Principais de Ordenamento Positivo .....	408
XVI.3. Reflexos no Âmbito do Planejamento .....	409
XVI.4. Constância da Exigência da Legalidade.....	412
XVI.5. Breve Panorama dos Modelos Estrangeiros em 2011 .....	412
XVI.5.1. Itália .....	413
XVI.5.2. Estados Unidos .....	415
XVI.5.3. Inglaterra .....	416
XVI.5.4. Alemanha.....	418
XVI.5.5. Espanha .....	419
XVI.5.6. França .....	422
XVI.5.7. Portugal .....	423
XVI.5.8. Holanda .....	424
XVI.5.9. Bélgica .....	424
XVI.5.10. Argentina .....	426
XVI.6. O BEPS.....	426

## Capítulo XVII. Temas de Tributação Internacional, 429

XVII.1. Introdução .....	429
XVII.2. Pano de fundo .....	429
XVII.2.1. Concepção do Estado como “Estado-nação” .....	429
XVII.2.2. Crise desta concepção.....	432
XVII.2.3. Nova feição do Estado.....	433
XVII.2.4. A tributação no contexto do Estado transnacional .....	434
XVII.2.5. O desafio da eficácia das leis.....	436
XVII.2.6. Tratados e Convenções em matéria tributária.....	438
XVII.3. Subcapitalização .....	441

XVII.3.1. Perspectiva societária .....	444
XVII.3.2. Perspectiva tributária .....	447
XVII.3.3. A disciplina da Lei nº 12.249/2010.....	449
XVII.4. Trusts celebrados no Exterior .....	450
XVII.5. Mudança de domicílio para o Exterior .....	456
XVII.6. Alienação indireta de bens no Brasil, realizada por não residente.....	462

## **Capítulo XVIII.**

### **Operações Preocupantes, 465**

XVIII.1. Razão desta Denominação.....	465
XVIII.2. Operações Estruturadas em Sequência .....	467
XVIII.2.1. O antes e o depois.....	468
XVIII.2.2. O elemento tempo .....	468
XVIII.3. Operações Invertidas .....	469
XVIII.4. Operações entre Partes Relacionadas .....	471
XVIII.5. Uso de Sociedades.....	473
XVIII.5.1. Conduit companies.....	475
XVIII.5.2. Sociedades aparentes .....	476
XVIII.5.3. Sociedades fictícias.....	477
XVIII.5.4. Sociedades efêmeras.....	479
XVIII.5.5. Interposta pessoa.....	480
XVIII.6. Deslocamento da Base Tributável.....	480
XVIII.7. Substituições Jurídicas .....	482
XVIII.8. Neutralização de Efeitos Indesejáveis .....	482
XVIII.9. Ingresso de Sócio Seguido de Cisão Seletiva .....	483
XVIII.10. Ágio de si Mesmo .....	483
XVIII.11. Operações Interestaduais de ICMS sem Trânsito Interestadual .....	484
XVIII.12. Criação de Distribuidores e Base de Cálculo do IPI.....	484
XVIII.13. Autonomização de Operações.....	485
XVIII.14. Outros Temas .....	486

## **Capítulo XIX.**

### **Interpretação da Norma Tributária, 489**

XIX.1. Introdução .....	489
XIX.2. Interpretação Econômica .....	490
XIX.3. Natureza da Interpretação.....	491
XIX.4. Interpretação como Descrição do Objeto .....	492
XIX.5. Norma é Moldura .....	492
XIX.6. Interpretação e Alternativas dentro da Moldura .....	493
XIX.7. Dúvida quanto à Lei e quanto aos Fatos.....	494
XIX.8. Principais Aspectos Correlatos à Figura .....	494
XIX.9. Insuficiência do Silogismo .....	497

XIX.10. Lógica Bivalente não basta .....	498
XIX.11. A Norma tem um “Sentido Inequívoco”?.....	501
XIX.12. Objeto da Interpretação e a Variável Tempo .....	502
XIX.13. Mundo do Texto .....	506
XIX.14. Mundo atrás do Texto.....	506
XIX.15. Mundo diante do Texto .....	507
XIX.16. Interpretação e Criação do Objeto.....	507
XIX.17. Ideologia e Interpretação .....	509
XIX.18. Interpretação e Comunicação .....	511
XIX.19. Teoria Realista .....	511
XIX.20. Teoria Idealista.....	512
XIX.21. Uso Competente da Linguagem .....	513
XIX.22. Participação no Processo de Produção Normativa .....	513
XIX.23. Ângulo do Tomador da Decisão .....	515
XIX.24. Interpretação e Tributação .....	515
XIX.25. Lacunas e Valores.....	517
XIX.26. Interpretação e Espaço.....	520
XIX.27. Tudo é Questão de Grau.....	521
XIX.28. Conclusão .....	526

## Capítulo XX. A Prova no Planejamento Tributário, 529

XX.1. Pano de fundo .....	529
XX.2. Aspectos fundamentais.....	529
XX.3. Cinco pontos relevantes.....	532
XX.3.1. Provar o que não está escrito .....	533
XX.3.2. Provar o ocorrido.....	533
XX.3.3. Manifestar vontade sem escrever .....	534
XX.3.4. Conflito de qualificações .....	535
XX.3.5. Inafastável subjetividade .....	537
XX.4. Por onde caminhar? .....	538
XX.4.1. Comportamento concludente.....	538
XX.4.2. Exame do contexto .....	539
XX.4.3. Valorar a prova.....	540
XX.4.4. Distribuição do ônus da prova .....	540
XX.4.5. Como provar .....	541
XX.4.6. Presunções e normalidade.....	541
XX.4.7. Tipos especiais de cláusulas contratuais.....	542
XX.4.8. Vivência dos efeitos .....	543
XX.4.9. Coerência das partes em outros ambientes .....	543
XX.4.10. Interpretar o ordenamento .....	543
XX.5. Conclusão.....	545

**Capítulo XXI.**  
**O parágrafo único do artigo 116**  
**do Código Tributário Nacional, 547**

XXI.1. Introdução.....	547
XXI.2. Constitucionalidade Formal do Dispositivo.....	549
XXI.3. O Debate sobre a sua Constitucionalidade Material.....	549
XXI.4. Estrutura do parágrafo único do artigo 116 do CTN .....	551
XXI.5. Referencial Básico é o “Fato Gerador” .....	552
XXI.6. Ônus da Prova cabe ao Fisco .....	554
XXI.7. Definição de Critérios de Configuração do Fato Gerador .....	555
XXI.8. Não há Consagração da Analogia .....	557
XXI.9. A que vem este parágrafo único do artigo 116?.....	557
XXI.10. Abuso de Direito e Fraude à Lei têm Cabimento no Direito Tributário Brasileiro .....	562
XXI.11. Alguns Precedentes Jurisprudenciais .....	564
XXI.12. Importância da Boa-fé e da Confiança .....	567
XXI.13. Norma de Eficácia Limitada .....	570
XXI.14. Leis Estaduais e Municipais .....	572
XXI.15. Procedimentos de Desconsideração .....	573
XXI.16. Aspectos Decorrentes do artigo 116, parágrafo único do CTN e sua Aplicação no Tempo .....	573
XXI.17. Aplicação do parágrafo único do artigo 116 do CTN no Tempo.....	574
XXI.18. “Quem” pode editar o Ato de Desconsideração.....	581
XXI.19. “Quando”, no Tempo, deve ocorrer a Desconsideração .....	586
XXI.20. “Como” suscitar a Questão de Desconsideração .....	587
XXI.21. Consistência: Objetiva, Eficacial e Subjetiva .....	589
XXI.22. Reflexos em relação às Penalidades .....	591
XXI.23. Conclusões .....	593

**Capítulo XXII.**  
**Reflexos do Código Civil no**  
**Planejamento Tributário, 597**

XXII.1. Importância do Código Civil para o Planejamento Tributário .....	597
XXII.2. A Concepção de Direito Espelhada no Código de 2002 .....	597
XXII.3. Limites Constitucionais à Liberdade de contratar .....	598
XXII.4. O artigo 421 do Código Civil .....	601
XXII.5. Importância do Motivo do Negócio Jurídico.....	607
XXII.6. Fraudar Lei Imperativa.....	608
XXII.7. Simulação como Hipótese de Nulidade.....	610
XXII.8. Efeitos das Nulidades em Geral .....	610
XXII.9. Conversão do Negócio Nulo em Outro Negócio Jurídico .....	611
XXII.9.1. Qualificação jurídica dos fatos.....	612
XXII.9.2. Qualificar o fato não é analogia .....	613

XXII.9.3. Identidade vem do “fazer” e não do “querer”.....	614
XXII.9.4. Subsistência de outro negócio não querido expressamente .....	616
XXII.10. Abuso de Direito é Ilícito .....	618
XXII.11. Uma distinção necessária.....	619
XXII.12. Insegurança Generalizada? .....	621

**Capítulo XXIII.**  
**Responsabilidade de Terceiros Instrumentais**  
**e Planejamento Tributário: Considerações Iniciais, 623**

XXIII.1 Panorama geral .....	623
XXIII.2. Âmbitos de responsabilização .....	627
XXIII.2.1. Responsabilidade tributária.....	627
XXIII.2.2. Responsabilidade civil perante o cliente.....	630
XXIII.2.3. Critérios para aferição da responsabilidade civil.....	635
XXIII.2.4. Responsabilidade por infrações .....	638
XXIII.3. Exercício da advocacia e lei de “lavagem” de capitais: notas para debate....	640

**Bibliografia, 653**